

D. Rodrigo de Sousa Coutinho no alvorecer do oitocentos: o projeto de império com sede no Brasil

D. Rodrigo de Sousa Coutinho at the dawn of the 1800's: the project of empire centered in Brazil

Matheus Fernandes Albuquerque*

Resumo

Este artigo analisa dois documentos, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, “Memória Sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América” (1797) e o “Parecer Sobre as Dífíceis Circunstâncias do Momento Presente” (1798). A partir deles, percebe-se que esse ministro possuía um projeto político de império com sede no Brasil em concomitância com um projeto de reforma, liberalização e unificação do Império português. Dessa forma, este artigo debruçou-se, também, em compreender a relação entre o “espaço de experiência” desse agente histórico e as ideias contidas nesses escritos, através do contextualismo linguístico de Quentin Skinner e das categorias de análise fornecidas por Reinhart Koselleck.

Palavras-chave: D. Rodrigo de Sousa Coutinho; Pensamento econômico; Império luso-brasileiro.

Abstract

This article analyses two documents from D. Rodrigo de Sousa Coutinho, the “Memória Sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América” (1797) and the “Parecer Sobre as Dífíceis Circunstâncias do Momento Presente” (1798). From them, it argues that this minister possessed a political Project of Empire, centered in Brazil and, concomitantly, with his purpose of reformation, liberalization and unification of the Portuguese Empire. In this way, this article searches, as well, to comprehend the relation between the “space of experience” of this historical agent and the ideas contained in this writings, through the linguistic “contextualism” of Quentin Skinner and the analytical categories provided by Reinhart Koselleck.

Keywords: D. Rodrigo de Sousa Coutinho; Economic thought; Luso-brazilian Empire.

* E-mail: mathf.albuquerque@gmail.com

Introdução

O presente trabalho possui como foco analisar o contexto de formação intelectual de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a relação que ele desempenha com a formulação dos seus argumentos políticos e econômicos para reformar o Império português; entretanto, estes argumentos indicam, em concomitância com a reforma, um projeto político específico de fundar um Império com sede no Brasil. Para isso, fez-se necessário o debate com a obra *D. João VI no Brasil* (2016), de Manuel de Oliveira Lima, responsável por apontar que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil fazia parte de um projeto pensado a longo prazo e amplamente discutido por atores diversos, e não se tratando única e exclusivamente de uma covarde fuga. Ao seu lado, recorreu-se também ao diálogo com a obra *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (1989), de Fernando Novais, que possui excelente descrição das políticas econômicas relevantes que estavam sendo discutidas no período histórico abordado por esse estudo. Concluindo o panorama historiográfico, André Mansuy-Diniz é responsável por fornecer informações enriquecedoras sobre o sujeito D. Rodrigo, ao ter a sua conferência no Congresso Internacional *1808: A Corte no Brasil*, realizado na *Universidade Federal Fluminense* em 2008, publicada sob o artigo “Uma figura central da Corte portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho” (2010). Dessa forma, este artigo vale-se dessas obras para compreender as principais proposições de D. Rodrigo, dando a devida atenção para as suas experiências e expectativas na formulação de reformar o Império português, e que justifiquem o desenvolvimento de um projeto político para transferir a Coroa para o Brasil e nele fundar um novo Império.

Para tal empreitada, recorreu-se ao procedimento clássico da prática historiográfica de colocar o indivíduo em seu contexto, pelo qual se busca compreender a sua relação e implicações durante a elaboração de um pensamento, seja ele qual for. Para isso, o contextualismo linguístico de Quentin Skinner¹ e as proposições de R. G. Collingwood² explicam como esse pensamento é entendido dentro da realidade que o produziu, em meio às relações

¹ Para Ricardo Silva, o contextualismo linguístico de Skinner se expressa da seguinte forma: “uma das principais prescrições da metodologia contextualista de Skinner é o procedimento de recuperação da intenção autoral subjacente à ação linguística. O trabalho de reconstituição do contexto das convenções linguísticas que circunscreve o ato de escrever é um procedimento ancilar à interpretação do texto, mas a meta final do historiador deveria ser a formulação de uma hipótese plausível sobre o que o autor “estava fazendo” ao escrever” (SILVA, 2017, p. 152). Nas palavras de Skinner, essa metodologia deveria: “delinear o leque completo de comunicações que poderiam ter sido convencionalmente realizadas em dada ocasião” e “traçar as relações entre dado proferimento e este contexto linguístico mais amplo como um meio de decodificar a real intenção do autor em questão” (SKINNER apud SILVA, 2017, p. 152). In: SILVA, Ricardo. Da história do pensamento político à teoria política histórica: variações da hermenêutica do conflito de Quentin Skinner. **Lua Nova**, São Paulo, nº 102, abril/julho, 2017, p. 137-171.

² Para R. G. Collingwood (1939), um sujeito histórico, ao elaborar um texto, parte de uma pergunta específica para chegar nos seus resultados. Para o historiador descobrir quais são essas perguntas, é necessário buscar evidências nas mais variadas fontes documentais. Dessa forma, quando algum texto é escrito, ele buscar responder as perguntas que estão sendo feitas por outros atores históricos naquele contexto. Portanto, a tarefa do historiador é descobrir essas perguntas e o que elas estão buscando responder. In: COLLINGWOOD, R. G. **An Autobiography**. Oxford: Oxford University Press, 1939.

sociais, debates e disputas intelectuais. Somando-se a esse arcabouço teórico-metodológico, o uso das categorias analíticas “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, propostas por Reinhart Koselleck (2006), faz-se fundamental, uma vez que são ferramentas de análise enriquecedoras para entender a dinâmica histórica da elaboração do prognóstico de D. Rodrigo sobre a transferência da Coroa. Aqui, experiência é “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. [...] Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia”, enquanto a expectativa “também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2006, p. 309-310). Essas duas expressões são categorias de análise que guardam entre si uma relação indissociável, assimétrica e não determinante, mas que se modifica conforme o tempo histórico.

Os documentos de autoria de D. Rodrigo utilizados na pesquisa foram a conhecida “Memória Sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América” (1797), em que se encontra uma discussão importante sobre questões econômicas e de administração colonial, e o “Parecer Sobre as Díficeis Circunstâncias do Momento Presente” (1798)³, que contém uma análise sobre o conturbado cenário internacional provocado pela Revolução Francesa (1789) e as consequentes Guerras Revolucionárias do final século XVIII. Através desses documentos é possível começar a apontar as propostas de D. Rodrigo sobre a liberalização do comércio, unificação e reforma do Império português, que ao mesmo tempo desenham o projeto político de um novo império sediado no Brasil.

Para a realização do trabalho, os documentos foram lidos à luz do contexto de formação intelectual de D. Rodrigo e o contexto geral da Europa no momento. Isso exigiu compreender o que estava ocorrendo no continente nos últimos anos do século XVIII e no início do século XIX, que caracterizam o recorte temporal da pesquisa. Desse modo, as décadas finais desse “século das Luzes”, como é conhecido, representam o surgimento de uma nova leitura de mundo na política, na cultura e na economia, que não podem ser ignoradas na análise aqui proposta. Essa leitura apresenta uma nova sensibilidade para os atores históricos, e é responsável por uma mudança de percepção sobre o mundo e por uma consciência da possibilidade de intervir nele conforme for necessário. A partir daí, os prognósticos surgem para intervir nos problemas existentes, e tomam como base as expectativas sobre um futuro possível, comumente associado com um futuro melhor do que o passado ou presente em que se vive. “Fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Noutras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 313).

³ Ambos os documentos foram consultados on-line por meio da coleção Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, do Banco de Portugal, e estão organizados em: COUTINHO, Rodrigo de Souza. “Memórias sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”. In: SILVA, André Mansuy-Diniz (org.). **Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)**. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, v. 2, p. 47-66. Acesso em: 15 de abril de 2019; _____. “Parecer Sobre as Díficeis Circunstâncias do Momento Presente”. In: SILVA, André Mansuy-Diniz (org.). **Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)**. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, v. 2, p. 78-89. Acesso em: 15 de abril de 2019.

Ocorre, também, o que Koselleck (2006, p. 322) descreve como o distanciamento do “espaço de experiência” e do “horizonte de expectativa”, ou seja, aumenta o intervalo entre a experiência acumulada e o que se é capaz de projetar para o futuro, sendo essa projeção possível sem que as expectativas precisem de uma experiência prévia para existirem, algo representado pelo conceito de “federação dos povos”⁴, do filósofo Immanuel Kant (KOSELLECK, 2006, p. 324). A partir daí, é plenamente possível que projetos ambiciosos como o de transferir uma monarquia europeia para uma de suas colônias na América sejam imaginados e postos em prática.

Enciclopédia, fisiocracia e liberalismo na Europa das Luzes

A Europa do século XVIII foi palco de debates intelectuais que tinham a economia como tema central, e essas discussões adquiriram uma nova dimensão depois da publicação do primeiro volume da *Encyclopédie* (1751). Esta obra foi responsável por deslocar o centro das discussões das questões políticas e jurídicas para as questões de ordem econômica, sobretudo na Inglaterra, Espanha, Itália e Áustria (VENTURI, 2003, p. 226-227). A partir de então, vocábulos como “liberdade” passam a ter outro sentido: “a liberdade da qual se fala é a liberdade de comércio, a igualdade diz respeito à propriedade e aos impostos, a justiça consiste no melhor investimento dos capitais e da mão-de-obra” (VENTURI, 2003, p. 228). Esse ponto de virada começa com François Veron de Forbonnois (1722-1800), o responsável pelos primeiros escritos de economia política condensados na *Encyclopédie*. Franco Venturi (2003) sinaliza que essa corrente de pensadores, da qual Forbonnois fazia parte, nomeada por parte da historiografia como mercantilistas tardios, não encontrou boa recepção entre as potências europeias, embora fosse a

que mais se adaptava aos problemas de países outros que não a Inglaterra e a França, ou seja, às exigências das nações atrasadas que tomavam consciência de sua própria situação por meio do confronto com os países mais ricos e mais ativos, que procuravam na cultura da *Encyclopédie* os instrumentos para reverter aquela decadência da qual cada vez mais se davam conta (VENTURI, 2003, p. 229).

Usando a primeira publicação da *Encyclopédie* como corte cronológico, podemos situar e definir as ideias de um antes e de um após. Montesquieu (1689-1755) e Sir James Steuart

⁴ O conceito “federação dos povos” foi criado pelo filósofo Immanuel Kant e não remete a nenhuma experiência prévia. É um conceito carregado de expectativa que aponta para o futuro, para um “horizonte de expectativa” a ser rompido e realizado. Ele é responsável por “transferir o que até então era esperado como o reino de Deus na Terra para uma determinação dos fins morais e políticos” (KOSELLECK, 2006, p. 323-324). Esse distanciamento entre experiência e expectativa encontra o seu ápice na modernidade e faz com que a mesma seja capaz de existir, fazendo com que seja possível a existência de conceitos como o de Kant. É a tensão entre essas duas expressões, cuja relação é presente em todos os indivíduos enquanto dado antropológico, a responsável pela existência do tempo histórico – que guarda em si a capacidade de mudança. Ver mais em: KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006, p. 323, 324.

(1707-1780), pensadores formados antes desse corte, entendiam o progresso econômico, da indústria e do comércio, como fundamental para a estabilidade política do reino e do soberano, garantindo a paz e a governabilidade. Assim, o comércio seria o grande responsável por domar as paixões destrutivas do soberano e seus impulsos arbitrários, demonstrando que a “posição de Montesquieu-Steuart se baseia mais em constranger, inibir e sancionar o príncipe do em que motivá-lo a contribuir diretamente para a prosperidade da nação – um caminho defendido pelos fisiocratas” (HIRSCHMAN, 2002, p. 109). Da virada intelectual proporcionada pela *Encyclopédie*, deslocando o centro da discussão do político para o econômico a partir de 1751, é que surgem a escola dos fisiocratas e Adam Smith (1723-1790). Usando de uma generalização válida, eles seriam os responsáveis por inverter a chave interpretativa proposta até então e colocar a política sob tutela da economia, preconizando que a estabilidade e esclarecimento político servem à economia e contribuem para o seu progresso. Desse modo, sendo eles

os mais influentes autores a respeito de assuntos econômicos na França e na Inglaterra, os fisiocratas e Adam Smith, não apenas fracassaram em acrescentar algo à linha específica de raciocínio que tinha sido desenvolvida; como [...] eles – principalmente Adam Smith – contribuíram de várias maneiras para o seu desaparecimento (HIRSCHMAN, 2002, p. 114-115).

Sendo assim, a função da economia deixa de ser apenas a sustentabilidade do governo, passando, também, a ditar as políticas do governo a seu favor. “Finalmente e mais importante, os dois grupos de autores estão igualmente convencidos de que as políticas incompetentes, arbitrarias e antieconômicas dos governantes podem dificultar seriamente o progresso econômico” (HIRSCHMAN, 2002, p. 117).

A primeira base da fisiocracia foi lançada nos volumes VI e VII da *Encyclopédie*, de 1756 e 1757, com os artigos *Fermiers* e *Grains*, escritos por François Quesnay (VENTURI, 2003, p. 229). Segundo Albert Hirschman (2002, p. 118), os Fisiocratas estavam buscando “uma ordem política na qual os detentores do poder são impelidos, por razões de interesse próprio, a promover o interesse geral”, apostando no convencimento dos soberanos a partir dos argumentos esclarecidos e não apenas do desenvolvimento natural da economia e da coerção do poder através das vias institucionais políticas e econômicas, como sugeriam, respectivamente, Sir James Steaurt e Montesquieu. Além disso,

os fisiocratas estranhamente defendem tanto a liberdade da interferência governamental no mercado quanto a execução dessa liberdade por um todo-poderoso governante cujo interesse próprio está vinculado ao sistema econômico ‘Justo’ (HIRSCHMAN, 2002, p. 118-119).

O governo desse soberano seria constituído por “um sistema de controle judicial que iria tomar cuidado para que as leis promulgadas pelo soberano e seu conselho não fossem contrárias à ‘ordem natural’ que deve estar refletida na constituição fundamental do Estado” (HIRSCHMAN, 2002, p. 119).

No entanto, Adam Smith foi além e acrescentou que o progresso econômico também poderia ocorrer sem que houvesse um progresso político. Por um lado, “os fisiocratas saem em defesa de uma nova ordem política que assegure as políticas econômicas adequadas segundo a sua definição, enquanto Adam Smith visa mais modestamente a mudança de políticas específicas” (HIRSCHMAN, 2002, p. 117). Com isso, a publicação de seu livro *A Riqueza das Nações* (1776), apresentou uma nova visão sobre a economia e a sua relação com a política. Para Smith, o progresso econômico não era dependente do progresso político, uma vez que houvesse um ambiente tolerante para que esse pudesse se desenvolver, e muito menos haveria evidências de que as melhorias econômicas trouxessem consigo melhorias políticas (HIRSCHMAN, 2002, p. 124). Contudo, o seu argumento é claro ao se posicionar contra a irracionalidade política dos governantes capazes de prejudicar as políticas econômicas, e ele “estava mais preocupado, como os fisiocratas, em descrever essas políticas como duras realidades que tinham que ser mudadas do que em descobrir motivos de esperança que elas dissolveriam espontaneamente” (HIRSCHMAN, 2002, p. 125). Outra diferença entre o pensamento econômico de Smith e dos fisiocratas, é que o primeiro considera que o trabalho é o responsável por gerar riquezas, e no segundo, é a terra que tem essa condição. Ainda assim, são as ideias de Adam Smith e dos fisiocratas que passam a integrar o repertório intelectual dos pensadores dessa época.

As Luzes nos Estados mediterrânicos

Em meio a esse contexto europeu, consolidou-se na França o movimento da Ilustração, e rapidamente ele se espalhou de lá para outras regiões da Europa, alcançando a Inglaterra, Alemanha, Prússia, entre outros (VENTURI, 2003, p. 217-245). Dessa forma, Darnton (2001) e Venturi (2003) parecem concordar em uma coisa: o movimento ilustrado se caracteriza por filósofos politicamente engajados que correspondem a uma força transformadora e, até certo ponto, contestadora do imobilismo⁵, das restrições e das formas de poder do Antigo Regime. Contudo, guardadas as devidas proporções, os países mediterrânicos – como Itália, Espanha e Portugal –, também foram influenciados por esse movimento. Nesses casos, sobretudo em Portugal e Espanha, a figura do filósofo engajado não teve muita liberdade para surgir; certamente, isso se deu pela presença da Inquisição, que condenava e punia violentamente qualquer um que possuísse um pensamento que contrariasse a Igreja Católica. Em menor grau, há também a questão de espaços de sociabilidade, que em Portugal, especificamente, não eram tão abundantes como na França. Lá, as discussões em cafés, bares, restaurantes e em sociedades secretas – como a maçonaria –, e a ausência de um tribunal inquisitório, foram fundamentais para que as novas ideias circulassem e encontrassem uma maior abertura para uma margem de adesão. Sendo assim, a presença desse elemento repressivo em Portugal, e a

⁵ Imobilismo, aqui, se entende como a passividade dos atores históricos diante do mundo. Dessa forma, o movimento ilustrado contestou esse comportamento quando questionou se havia um Deus regendo todas as coisas, e apresentou a possibilidade de intervenção no mundo como uma nova mentalidade.

dificuldade de assentamento das novidades de sociabilidade das Luzes, contribuíram para uma exclusividade mediterrânica, não tão contestadora das ordens estabelecidas como na França, nem representada sob a imagem de um filósofo como Rousseau, mas na imagem de homens de Estado como D. Rodrigo, ilustrados dotados de conhecimentos técnicos para serem aplicados.

Tratando especificamente de Portugal, os primeiros ecos da Ilustração surgem durante o reinado de D. João V, de 1706 a 1750. Ele foi o soberano responsável por ordenar a compra de diversas bibliotecas por toda a Europa, algo extremamente simbólico e que demonstrava certa sintonia com o que estava ocorrendo no continente durante o período. Fez as bibliotecas de Mafra, Coimbra e Lisboa. Com a necessidade de órgãos executivos e comandados por pessoas tecnicamente capacitadas, foram criadas as secretarias de Estado. Além disso, ainda foi responsável por “estimular a saída de cabeças bem dotadas a fim de se ilustrarem além Pirineus, para depois ‘iluminarem’ a nação” (NOVAIS, 1989, p. 221). Com a sua morte, D. José I assume o trono português, de 1750 a 1777. Durante o seu reinado, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, tornou-se o principal secretário de Estado, com plenos poderes e uma arbitrariedade característica dos soberanos absolutos, sobretudo após o terremoto de 1755, que destruiu Lisboa⁶. Do seu governo “procedeu a remoção dos óbices institucionais à modernização do país: a inquisição passou a subordinar-se diretamente ao poder régio, suprimiu-se a distinção entre cristãos-velhos e novos, empreendeu-se a modernização do ensino” (NOVAIS, 1989, p. 223).

De 1777 a 1816, o trono português coube a D. Maria I. A partir de 1792, D. João passou a assinar como regente devido às condições mentais de sua mãe, que se encontrava incapaz de tomar as decisões urgentes no âmbito político. No entanto, é com ela e com seu filho, mais tarde, que a Corte portuguesa começa a se perceber como agente – característica fundamental das Luzes. Para tal, usa o seu corpo de membros qualificados e ilustrados para pensar a resolução dos problemas. Dessa forma, é nesse contexto da Ilustração portuguesa que aparecem figuras como Rodrigo de Sousa Coutinho, marcado pelos debates econômicos fomentados a partir da publicação do primeiro volume da *Encyclopédie*.

A formação intelectual de D. Rodrigo de Sousa Coutinho

A formação intelectual de D. Rodrigo se deu no período de finais do século XVIII, que, como mencionado anteriormente, estava sendo progressivamente dominado pelas ideias da fisiocracia e do liberalismo de Smith. Essas ideias não ficaram longe da península, pelo contrário, foram trazidas de fora através de homens de Estado e diplomatas. Nesse caso, os pensadores portugueses do final do século XVIII precisaram adaptar essas ideias à realidade em que viviam: Estado absolutista e políticas econômicas mercantilistas. Esse é um movimento que apontava “para um *ecletismo* que tendia a postura metodológica dos ilustrados portugueses” (NOVAIS,

⁶ Sobre as políticas pombalinas, ver mais em: CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). **Tempo**, Niterói, nº 31, janeiro, 2011, p. 65-88.

1989, p. 228-229). Foi por esse caminho, então, que, seguindo o programa de reformas ilustradas que estava em curso no reino desde a época em que Pombal as iniciou, que esses pensadores lusitanos foram capazes de aliar a fisiocracia e o liberalismo às políticas econômicas mercantilistas⁷.

Era sobre essa base que se cruzavam as influências inglesas (clássicos) e francesas (fisiocratas) para conformar a mentalidade econômica dos ilustrados portugueses: o resultado foi um mercantilismo bafejado pelas Luzes, o *mercantilismo ilustrado* (NOVAIS, 1989, p. 230).

Rodrigo de Sousa Coutinho, nasceu em 1755, em Chaves, no norte de Portugal. Filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780), que foi governador em Angola e serviu como embaixador em Madrid, também teve como padrinho o Marquês de Pombal. Sua família pertencia à nobreza cortesã e possuía laços estreitos com a Corte durante o reinado de D. João V e D. José I (SILVA, 2010, p. 134). No entanto, o mais importante é se ater sobre a sua formação intelectual, que reúne o conjunto de experiências intelectuais internalizadas por ele e, por mais que seja difícil percorrer a trajetória de acumulação dessas experiências, é possível mapear as instituições pelas quais D. Rodrigo passou e alguma de suas principais referências. Aos 11 anos, ingressou no Colégio Real dos Nobres, em março de 1766. Aos 18, na recém reformada Universidade de Coimbra, onde permaneceu estudando até 1776. Nesse ano, sua família foi atormentada por dificuldades financeiras que o forçaram a parar com a sua formação, o que o levou a ter tempo para efetuar as leituras de David Hume, Voltaire, Isaac Newton, e da *Encyclopédie* (SILVA, 2010, p. 134-135). Dessa forma, ainda conseguiu alcançar o sonho de seu pai de ser um diplomata, e em 1778, aos 24 anos de idade, foi nomeado enviado extraordinário à Corte do Piemonte, assumindo em Turim no ano de 1779. Durante os 18 anos em que esteve lá, D. Rodrigo se espelhou no modelo de governo da Áustria e observou a organização política e econômica da Inglaterra, se aproximou das Luzes italianas⁸ e conheceu o livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith⁹.

Entre 1778 e 1779, a caminho de Turim, D. Rodrigo realizou uma viagem pela Europa, passando pela Espanha, Suíça e França. Em Paris, centro efervescente da Ilustração francesa,

⁷ Sobre o programa de reformas e as propostas de fomento econômico, ver mais em: WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, Mecanismos, Exemplificações. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 316, 1977, p. 170-283.

⁸ Ao olhar para a Áustria de José II (1765-1790), D. Rodrigo buscava referências para reforçar a autoridade régia. Por outro lado, ao olhar para a Inglaterra, ele buscava não só compreender o sistema da monarquia parlamentar inglesa e os seus meios de controlar o poder régio, mas principalmente a “organização econômica, entendida como os incentivos à agricultura, ao comércio, às manufaturas e o controle da receita e da fazenda” (SANTOS, 2009, p. 220). Sobre D. Rodrigo em Turim, ver mais em: SANTOS, Nívia Pombo Cirne. Um turista na Corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790). **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, janeiro/junho 2009, p. 213-225.

⁹ Como demonstrou Andrée Mansuy-Diniz, D. Rodrigo foi um dos primeiros portugueses a ler *A Riqueza das Nações*. In: SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. “Uma figura central da Corte portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho.” In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (orgs.). **1808: A Corte no Brasil**. Niterói: Eduff, 2010, p. 136-137.

conheceu nomes como o Abade Raynal e o filósofo d'Alembert (SILVA, 2010, p. 136). Experiências como essa marcaram a sua formação intelectual e representaram um contato direto com as Luzes francesas. Além disso, dois anos antes, em 1776, tinha ocorrido a declaração de independência das 13 Colônias Inglesas, um fato nunca visto e que marcou consideravelmente o “espaço de experiência” de D. Rodrigo, assim como de muitos outros, e abriu um novo “horizonte de expectativa”, que rapidamente se transformou em experiência, aquela onde as colônias podem existir de forma autônoma e desvinculada de suas metrópoles. Tal fato constituiu uma preocupação e um problema para todos os Estados que possuíam em outros continentes as suas colônias. Portanto, em certa medida, já na elaboração da sua “Memória”, D. Rodrigo apresenta a sua preocupação com o futuro das colônias portuguesas, sobretudo a América, evidenciando que foi marcado por esse acontecimento, bem como pelos desdobramentos da Revolução Francesa. É possível identificar que ele responde à duas perguntas fundamentais: como conservar os domínios ultramarinos e como conservar a Coroa portuguesa, evitando que acontecesse o mesmo que aconteceu anos antes com os domínios britânicos na América e com Luís XVI na França.

Os pareceres de D. Rodrigo sobre as difíceis circunstâncias na virada do século XVIII

Quanto ao contexto internacional¹⁰ na época da redação da “Memória” e do “Parecer”, Portugal encontrava-se pressionado entre duas potências que buscavam a sua aliança, a Grã-Bretanha e a França, que havia saído do período mais turbulento da Revolução com o Diretório, no final de 1795, – contando essa última com o apoio da Espanha. Além desse impasse no cenário internacional, havia uma disputa interna entre os políticos portugueses dentro de Portugal. Uns mostravam-se partidários da aliança com a Grã-Bretanha – principal aliada de Portugal durante todo o século XVIII; outros, partidários do governo francês. Como se não bastasse, diante essa tensão interna e externa, Portugal se viu compelido, por cláusula de um tratado de aliança defensiva que havia assinado com a Espanha, a participar da Campanha do Rossilhão¹¹, de 1793 a 1795.

A campanha do Rossilhão contribuiu não pouco para arruinar o já pobríssimo Portugal, quer pelas despesas propriamente de guerra, e guerra distante, que originou, quer pelo motivo que forneceu aos corsários para presas marítimas (LIMA, 2006, p. 25).

¹⁰ Sobre o contexto internacional, ver mais em: ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

¹¹ Após a execução do monarca absolutista Luís XVI, Portugal, Espanha e Grã-Bretanha formaram uma coalisão militar contra a França. Nessa campanha, Portugal contribuiu mandando uma divisão auxiliar para o exército espanhol e navios para a esquadra britânica (LIMA, 2006, p. 25).

Apesar disso, um fato que mostra a inclinação da Coroa em manter a aliança com a Grã-Bretanha, é a sua participação ao lado desta na batalha naval do cabo de São Vicente, contra os espanhóis, em 1797 (LIMA, 2006, p. 28-29).

Entrementes, em 4 de setembro de 1796, D. Rodrigo tomou posse da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, permanecendo nela até assumir como presidente do Real Erário em janeiro de 1801. Em 15 de setembro do ano seguinte, em 1797, escreveu o já citado documento “Memória Sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América”. Durante esse período, o contexto econômico e político de Portugal não era nada confortável, já que, por conta da Campanha do Rossilhão, “de 1794 a 1801, o comércio do reino sofreu prejuízos avaliados em mais de 200 milhões de francos, quase tudo em cargas vindas do Brasil” (LIMA, 2006, p. 25). D. Rodrigo, então, vê o seu “espaço de experiência” marcado por disputas políticas internas e externas, revoluções, conflitos militares e crise nas finanças, esta última provocada, dentre outras coisas, pelas campanhas militares em que o reino se envolvia. Esse emaranhado de questões constitui para D. Rodrigo uma necessidade urgente de atuação em busca de soluções, dando margem para a elaboração de um prognóstico, um plano de medidas a serem tomadas para reformar o império ultramarino em termos econômicos e políticos, que concomitantemente se desdobravam em um projeto político e pessoal de construção de um novo império.

Na “Memória” é possível ver que a preocupação que ele expressa com “juntas compostas de ministros do Estado, e de pessoas as mais conspícuas pelos seus empregos e talentos” (COUTINHO, 1993, p. 48), está dentro do tom das discussões políticas feitas pelos ilustrados, e tinha como objetivo afastar os cargos técnicos de sujeitos que não fossem competentes. Com isso, esperava que as discussões referentes ao melhoramento de todo o Império passasse por aqueles que possuíssem, de certa forma, alguma competência para pensar nas questões administrativas e financeiras de Portugal e “abraçassem resoluções, que levadas depois à real presença, e aprovadas pelo mesmo augusto senhor, pudessem ser executadas em aumento da Real Fazenda” (COUTINHO, 1993, p. 48). Contudo, não foi bem isso que aconteceu na prática, principalmente quando a Corte foi transferida para o Brasil, uma vez que “assistimos, em torno da nova Corte e da transmigração da dinastia Bragança, ao enraizamento de novos capitais e interesses portugueses, associados às classes dominantes nativas e também polarizadas em torno da luta pela afirmação de um poder executivo central” (DIAS, 2005, p. 30).

Como dito anteriormente, a Independência das 13 Colônias lançou a preocupação sobre a conservação dos domínios coloniais, sobretudo o Brasil que, segundo a percepção inequívoca de D. Rodrigo, seria a principal fonte de riqueza da monarquia. Para superar esse desafio, ele percebe a necessidade de um “novo sistema político que mais convém que a nossa Coroa abrace para a conservação dos seus tão vastos domínios, particularmente dos da América, que fazem propriamente a base da grandeza do nosso augusto trono” (COUTINHO, 1993, p. 48). Além disso, essa conservação dependia do incremento da unidade do Império, fundamentada na construção de uma identidade portuguesa, responsável por fazer com que

o Português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português, e não se lembre senão da glória e grandeza da monarquia a que tem fortuna de pertencer, reconhecendo e sentindo os felizes efeitos da reunião de um só todo composto de partes tão diferentes que separadas jamais poderiam ser igualmente felizes [...] (COUTINHO, 1993, p. 49).

Por outro lado, quando D. Rodrigo não está discutindo a questão da conservação da unidade imperial, está tratando especificamente sobre a importância econômica do Brasil, “não pelo que é actualmente, mas pelo que pode ser, tirando da sua extensão, situação e fertilidade todos os partidos que a natureza nos ofereça” e sobre “a feliz posição do Brasil [que] dá aos seus possuidores uma tal superioridade de forças pelo aumento de povoação que se alimenta dos seus produtos e facilidade do comércio” (COUTINHO, 1993, p. 49). Assim, fica evidente que, diante do seu diagnóstico das qualidades geográficas e dos defeitos na administração que a colônia portuguesa guarda, D. Rodrigo pressupõe que o sucesso econômico da região é dependente de uma boa administração e da capacidade política de garantir as condições mais apropriadas para esse sucesso e “que sem grandes erros políticos jamais os vizinhos do Norte e do Sul lhes poderão ser fatais” (COUTINHO, 1993, p. 49). Desse modo, essa preocupação com a efetividade e o retorno da boa administração colonial, se assemelha bastante àquelas postuladas pelos Fisiocratas e por Adam Smith, quando eles defendem que “as políticas incompetentes, arbitrarias e antieconômicas dos governantes podem dificultar seriamente o progresso econômico” (HIRSCHMAN, 2002, p. 117).

Diante disso, é evidente, então, que o Brasil está no centro das atenções de D. Rodrigo no que se refere à construção do projeto de um novo império. Para tal, ele se empenha em formular cinco diretrizes visivelmente ilustradas para melhorar a estrutura administrativa colonial, focando na administração ilustrada, na justiça, no comércio e no exército os princípios fundamentais para conservar as fontes da riqueza portuguesa, como é possível ver:

Se é interessante a divisão e criação de novos governos, não deve merecer menor atenção o seu regime interior que deve ter por princípio: 1º a segurança e defesa das mesmas capitanias; 2º princípios luminosos de administração que segurem e afiancem o aumento das suas culturas e comércio; 3º a imparcial distribuição da justiça, que é a primeira base que segura a tranquilidade interior dos Estados; 4º o aumento e prosperidade das rendas reais, que são evidentemente os primeiros e essenciais meios da prosperidade e segurança das monarquias e dos estados em geral; 5º um sistema militar terrestre e marítimo que evite todo o susto de qualquer concussão interior ou exterior (COUTINHO, 1993, p. 51).

Quanto às finanças, que já não estavam bem, e após a Campanha do Rossilhão, se encontravam fortemente agravadas, D. Rodrigo elabora uma política econômica que se apresenta como solução urgente para o momento, e está de acordo com a preocupação dos pensadores portugueses daquele período e respaldada pelas ideias fisiocratas e daquelas de liberalizar o comércio português. Ele versa sobre

Animar as culturas existentes, e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países, deve ser outro grande objecto do legislador político, unindo-lhe também o cuidado de segurar-lhes com a mais extensa navegação o seu consumo na Europa por meio da metrópole, e nas outras partes do mundo por meio de outros domínios que a nossa real Coroa possui. Não seria contrário ao sistema de províncias com que luminosamente se consideram os domínios ultramarinos, o permitir que neles se estabelecessem manufacturas, mas a agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes mais proveitosa do que as artes, que devem animar-se na metrópole para segurar e estreitar o comum nexu, já que a estreiteza do terreno lhe nega as vantagens de uma extensa agricultura (COUTINHO, 1993, p. 53-54).

Diante disso, D. Rodrigo se preocupa em incrementar a produção de produtos já existentes na colônia e que “muito podem aperfeiçoar-se, quais o açúcar, o cacau, o café, o índigo, o arroz, o linho-cânhamo, as carnes salgadas etc.” (COUTINHO, 1993, p. 54), além de introduzir novos gêneros, sobretudo as especiarias vindas diretamente do Oriente, como comprova a “Carta Régia de 16/8/1799, ao Conde de Rezende, que mandava abrir empréstimo para o fomento da cultura do linho, cochonilha e caneleiras” (NOVAIS, 1989, p. 258). Tal Carta está de acordo com as propostas de D. Rodrigo de introduzir “as novas culturas de canela, do cravo da Índia, da noz moscada, da árvore-do-pão, etc.” (COUTINHO, 1993, p. 54), uma vez que as caneleiras encontraram produtores como Fernando José de Portugal, governador da Bahia de 1788 a 1801, que “procurou aclimar as caneleiras, recebendo em 1798 vários exemplares de uma memória sobre a cultura da canela” (NOVAIS, 1989, p. 258). Além disso, D. Rodrigo se debruçou com atenção sobre esse processo de diversificação da pauta agrícola e do incentivo dos gêneros já estabelecidos, uma vez que teria enviado para Bahia e Pernambuco o desenho da árvore da quina e uma “remessa de cem exemplares de um livro sobre o açúcar para ser vendido por meio das mesas de inspeções, câmaras, ou ‘pessoas que parecer; indicando que remessas tinham se efetuado para Bahia, Pernambuco, Pará, Maranhão e São Paulo’” (NOVAIS, 1989, p. 259).

Todos esses esforços correspondem ao comprometimento de D. Rodrigo de fortalecer o Império, uma vez que durante o período do final do século XVIII, é notório que poder político e poder econômico constituem duas faces da mesma moeda – a soberania – , sendo necessário manter os cofres em bom estado para que haja preeminência no cenário internacional. Todavia, como mostrou-se até aqui, é justamente durante esse período que Portugal atravessava uma crise político-financeira e via-se ameaçado pelas grandes potências daquele momento. D. Rodrigo, então, elenca uma série de medidas liberalizantes a serem tomadas que se preocupam em como gerar renda, melhorar a infraestrutura econômica do império, e versam sobre as taxações.

Quatro são os objectos essenciais em matéria de Fazenda: o 1º a natureza de taxaço para que seja muito produtiva, sendo pouco pesada aos que contribuem; o 2º a arrecadaço da Fazenda para que a mesma se faça com a maior economia, evitando-se assim o gravame da Fazenda Real e que se não alimente uma inútil e improdutiva classe de homens, com dano das classes úteis e industriosas dedicadas à agricultura, às artes, e ao comércio; o 3º a contabilidade; o 4º as grandes operaçoes de Fazenda que têm por base o crédito e circulaço, e que

são indispensáveis, não só nas urgências do Estado, mas ainda para beneficiar terrenos, para fomentar a indústria, para grandes operações de comércio, e para as despesas que são indispensáveis para segurar a defesa do Estado (COUTINHO, 1993, p. 55).

Destaca-se aqui a proposta de número 4, uma vez que D. Rodrigo tentou implementar uma caixa de crédito na colônia sustentada por um fundo público de investimentos, cuja função seria desvincular os produtores da dependência de crédito dos comerciantes. Contudo, essa proposta encontrou forte objeção dos colonos no Brasil, o que a levou ao fracasso¹², e

M. Pinto de Aguiar lembra, em primeiro lugar, a ignorância da população da colônia em práticas desse tipo, e a desconfiança em face do papel moeda, em face dos títulos oficiais em crônico atraso; em segundo, a razão que parece ser de fato a preponderante [...]; o interesse dos mercadores em continuar senhores do mercado, tendo sob sua sujeição os produtores (NOVAIS, 1989, p. 266).

Outra questão que retém a atenção de D. Rodrigo é a questão dos monopólios comerciais na colônia, sobretudo o estanco do sal e o contrato da pesca de baleias. Sobre o primeiro, a sua posição é sólida ao afirmar que

indubitavelmente o estanco do sal é, não só muito prejudicial a toda a América, mas ainda ao Reino, pois que o alto preço a que o mesmo género se vende na América impede que ele ali se dê aos gados a quem é benéfico, que se salguem as carnes, e diminui o consumo em dano do Reino, que exporta uma menor quantidade (COUTINHO, 1993, p. 56).

A consequência do fim desse monopólio “visava a criar condições para um maior desenvolvimento da indústria do charque no Rio Grande do Sul, que enfrentava dificuldade pelo escasso abastecimento do sal”, além de estimular o “intenso comércio de cabotagem entre as capitânicas” (NOVAIS, 1989, p. 249). Quanto à pesca de baleias, a manutenção do monopólio encontrava dificuldades, uma vez que a penetração de baleeiros estrangeiros nas zonas de pesca portuguesas já estava ocorrendo (NOVAIS, 1989, p. 247). Portanto, à frente da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo foi responsável por abolir, após alguma resistência, em 1801, os dois monopólios que, tanto para ele quanto para outros pensadores portugueses de finais do século XVIII, não eram frutíferos para as finanças do império.

Diante disso, essas reformas econômicas e administrativas de caráter ilustrado no Brasil possuem como objetivo arrecadar os valores necessários para reestruturar as finanças do Reino, além de serem responsáveis por definir o caráter técnico da Ilustração. Sendo assim, o que se extrai da análise da “Memória” contraposta ao “Parecer”, é que, além dele estar sendo elaborado a partir da observação advinda do “espaço de experiência” de D. Rodrigo – as experiências diluídas e internalizadas na sua subjetividade e as advindas do passado recente – é que há um

¹² Essa afirmação baseia-se na de Fernando Novais. Sobre a caixa de crédito e o motivo de seu fracasso, ver mais em: NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5ª. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989, p. 267.

esboço do seu projeto político de império com sede no Brasil. Fica claro, também, que a realização desse projeto busca auxílio no liberalismo, àquela altura um conceito de movimento¹³ que “servia para antecipar teoricamente o movimento histórico e influenciá-lo praticamente” e que tinha “por tarefa descobrir um futuro novo” (KOSELLECK, 2006, p. 325-326), com a orientação de que fosse diferente e melhor do que os oferecidos pelos antigos pensamentos econômicos.

Contudo, liberalizar o comércio e ilustrar a administração colonial não era o bastante. Para que houvesse as bases necessárias para fundar no Brasil um novo império, a questão da conservação precisava ser considerada, já que, se os domínios fossem perdidos, não haveria o que fazer. No “Parecer” de 1798 enviado a D. João, consta uma análise de conjuntura feita por D. Rodrigo em relação às consequências de aceitar a assinatura de um tratado de paz com a França, mediado pela Espanha. Nele, prevalece a sua preocupação com a manutenção dos domínios ultramarinos, cujo seu “horizonte de expectativa” em aberto apontava para um futuro. Afinal, caso tal tratado fosse assinado, a Grã-Bretanha ficaria ressentida e haveria de retirar sua esquadra do Bloqueio de Cádiz no Mar Mediterrâneo, para vir “fechar parcialmente os portos de Portugal, com a probabilidade de que em poucos meses lhe sejam absolutamente fechados” (COUTINHO, 1993, p. 80). E disso decorreria, então, a possibilidade de vingança da Grã-Bretanha ao “indemnizar-se com os ricos domínios, que ficam inteiramente expostos e sem defesa” (COUTINHO, 1993, p. 80).

Com isso, fica clara a importância de haver um exército forte para lidar com as tensões e constantes ameaças sofridas por Portugal. Desse modo, o fortalecimento do exército garantiria a Portugal meios para conservar os domínios ultramarinos ou fazer a segurança do Reino, bem como diminuir a dependência da força militar britânica, uma vez que esse apoio político e militar “estava no cerne das concessões comerciais feitas por Portugal aos ingleses e a outros no século XVII” e que “permaneceu como um dado básico por todo o século XVIII, estabelecendo os parâmetros segundo os quais a política externa e colonial portuguesa devia ser conduzida” (MAXWELL, 1999, p. 224). Como consequência disso, essa acaba sendo uma preocupação recorrente no meio intelectual português durante todo o século XVIII, sobretudo entre os pensadores econômicos e diplomatas, cujos esforços consistiam em “como alcançar um equilíbrio naquilo que havia se tornado uma relação desigual, mas que, intrinsecamente, não precisava sê-lo, se uma verdadeira reciprocidade pudesse ser conseguida” (MAXWELL, 1999, p. 224-225). Devido à formação de D. Rodrigo como diplomata, podemos afirmar que ele estava a par dessas discussões e apreende-se que a sua proposição, uma vez que poder militar é

¹³ A presença do sufixo “ismo” é responsável por temporalizar um conceito em um conceito de movimento. E “com isso fica circunscrita a estrutura temporal de um conceito, estrutura que volta a aparecer em numerosos conceitos subsequentes e cujas perspectivas futuras se busca desde então alcançar ou superar. [...] Ao serem criadas, tais expressões possuíam pouco ou nenhum conteúdo de experiência, e de qualquer forma não possuíam o conteúdo a que se aspirava no momento em que o conceito havia sido criado” (KOSELLECK, 2006, p. 325-326). Outros exemplos de conceitos de movimento, segundo Koselleck (2006, p. 325), são: “democratismo”, “republicanismo”, “socialismo”, “comunismo” e “fascismo”.

fundamental para que se haja poder político e soberania, é sobre a necessidade de se investir no exército nacional, além de reformulá-lo. Na “Memória”, diz:

O pé militar terrestre e marítimo dos nossos domínios ultramarinos é absolutamente sinónimo do que existe no Reino, e nesta parte é muito louvável o que se acha determinado, bastando talvez o mantê-lo debaixo de melhores princípios económicos, que são certamente em tais matérias objectos muito essenciais (COUTINHO, 1993, p. 53).

Um ano depois, em seu “Parecer”, escreve D. Rodrigo:

Seja-me lícito sobre o Exército, e sobre o Erário lembrar ainda outra vez a V.A.R. a grande necessidade que há quanto ao primeiro, de o aumentar não só em número, mas também de elevar o espírito do soldado aumentando-lhe o soldo e introduzindo ao mesmo tempo uma mais severa disciplina e uma melhor instrução, para cujo efeito contribuiria sobretudo a imitação do sistema prussiano, estabelecendo anualmente campos regulares em cada província sem fasto e sem despesa, e onde os diversos corpos reunidos se exercitassem nas grandes manobras (COUTINHO, 1993, p. 85).

Para reformular esse exército, além de adotar o sistema prussiano, era necessário enxugar os gastos desnecessários, fazendo a “reforma dos inúteis pés de castelo e oficiais da primeira plana, que tanto gravam a despesa geral do Exército sem fruto algum” (COUTINHO, 1993, p. 85), de modo que, “estabelecendo a mais severa contabilidade no Exército, no seu aprovisionamento e nos seus arsenais”, fosse possível “criar para esse fim uma Contadoria e uma Junta de Fazenda que se elevasse sobre a necessária abolição da Junta dos Três Estados, e da administração que hoje aprovisiona o Exército com tanto prejuízo da Fazenda Real” (COUTINHO, 1993, p. 85). Da mesma maneira, cabia também aumentar o investimento naquela arma por meio de um plano econômico e, caso isso não ocorresse, “então cada dia mais se experimentará não só o terrível inconveniente da despesa do Exército, mas de ignorar-se sempre a soma em que monta a cada ano” (COUTINHO, 1993, p. 86). Portanto, o caminho para o desenvolvimento desse plano passava pela questão da arrecadação da Fazenda Real, e seria ela o ponto “mais importante, pois que sem ele V.A.R. não pode manter nem o seu exército, nem a sua Marinha, nem o lustre e independência da sua real Coroa” (COUTINHO, 1993, p. 86).

Diante disso, todas essas proposições estariam formando um projeto político, indo além de apenas liberalizar, unificar e reformar o império. Em meio à necessidade de conservar os domínios ultramarinos, existia com urgência a necessidade de defender a soberania de Portugal, e D. Rodrigo não pouparia esforços para convencer D. João a se retirar do Reino. Ainda em 1798, enviava o primeiro conselho a D. João, tratando desse tema:

Ouso dizer a V.A.R. que, esgotados todos os meios de conciliação, e reduzidos ao caso ou de sacrificar a Monarquia e a grandeza da Nação para existir precariamente, ou de vir a ser Província de Espanha, que V.A.R. deve à sua sagrada pessoa e real família, à sua Religião, e aos seus Povos, o defender com as armas na mão a sua Independência, a sua Soberania, os seus Domínios, tudo o que há de mais essencial; e se

forçado por uma adversa Sorte [...] de ceder por algum momento as suas possessões europeias aos inimigos da Religião e dos Governos, que deve ir fundar no Brasil um império muito superior em grandeza e força a todos os que hoje existem na Europa (COUTINHO apud SILVA, 2010, p. 144-145).

No entanto, a decisão de transferir a Corte para o Brasil só seria tomada quase dez anos depois, e mesmo que estivesse decidida há tempo, foi George Canning, que estava à frente da repartição dos negócios estrangeiros britânicos, quem verdadeiramente a induziu na ocasião precisa (LIMA, 2006, p. 51-52). Dias antes da partida da Corte, ele teria comunicado ao governo português que “os dois únicos meios de fazer levantar o bloqueio seriam a entrega (*surrender*) da esquadra portuguesa à Inglaterra ou a sua utilização em transportar a corte para o Rio de Janeiro” (LIMA, 2006, p. 52). Com esse ultimato, a monarquia portuguesa se via sem saída a não ser concordar com a decisão do gabinete britânico. E, como se não bastasse a cartada de Canning, Lord Strangford impôs medo à Coroa portuguesa ao aparentar “só querer consentir na retirada do príncipe regente se este promettesse abrir logo ao comércio os portos do Brasil, ceder um à Inglaterra e estabelecer uma tarifa aduaneira insignificante para as mercadorias” (LIMA, 2006, p. 54). Ao que tudo indica, o diplomata Antônio de Araújo encarou a situação com pulso firme para que não ocorresse esse acordo proposto nos termos de Strangford.

Com a chegada da Corte ao Brasil, em 7 de março de 1808, afirma-se que é o projeto de império de D. Rodrigo, amadurecido durante alguns anos, que foi acatado e implementado na então colônia portuguesa, e que dará a tônica das novas reformas que seriam realizadas na colônia para que essa fosse capaz de abrigar uma monarquia europeia. Além disso, “Dom Rodrigo de Souza Coutinho tinha o novo Império do Brasil como a tábua de salvação do reino; acreditava poder reequilibrar a vida econômica de Portugal por meio de uma política puramente comercial e financeira” (DIAS, 2005, p. 14). Portanto, com o seu projeto de transferir a corte para o Brasil acatado, era necessário iniciar uma série de outras reformas para dar continuidade a ele. Elas começaram a ser postas em prática após a sua nomeação, em 11 de março de 1808, para a Secretaria da Guerra e Negócios Estrangeiros. À frente dela, foi

D. Rodrigo que elaborou o Manifesto de 1º de maio de 1808, que o príncipe regente lhe solicitou para explicar à nação todos os acontecimentos políticos, desde a guerra do Rossilhão (1793) até a invasão de Junot, e o sentido da vinda da Corte para o Brasil sob proteção inglesa, deixando Portugal ocupado, mas não abandonado, já que tinha sido nomeado um Conselho de Regência” (SILVA, 2010, p. 152).

No entanto, D. Rodrigo possuía mais afazeres do que apenas narrar o passado recente de Portugal e as implicações históricas que levaram a monarquia a retirar-se do reino. Enquanto algumas de suas medidas reformistas na época em que estava a cargo da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 1797 e 1798, anos em que escreveu a “Memória” e o “Parecer”, não foram ouvidas em Portugal, após a chegada da Corte no Brasil, passaram a ser postas em prática. Imediatamente após a posse na nova secretaria, D. Rodrigo conseguiu executar uma

dessas antigas proposições, referente a criação de um “banco público” (COUTINHO, 1993, p. 87), e “tendo sido um dos principais defensores da criação de um Banco em Portugal, sem o conseguir, seguramente foi ele, com a sua competência técnica, quem esteve na origem da criação do Banco do Brasil, a 12 de outubro de 1808” (SILVA, 2010, p. 149).

Contudo, em solo americano, seus principais esforços estariam concentrados na criação de um exército nacional e em outras questões a ele relacionadas, como a criação da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1809. Em 7 de abril de 1808, submeteu uma Carta Régia a D. João, cuja assinatura garantia a criação do Arquivo Militar, responsável por guardar mapas marítimos e terrestres de todos os cantos do Império, dada a sua importância não só para fins militares, mas também para fins comerciais (SILVA, 2010, p. 150). Além disso, o Príncipe Regente criou com um decreto, em 13 de maio de 1808, a Casa de Fundição de Artilharia e a Fábrica Real da Pólvora, estabelecimentos responsáveis por fabricar também os canos das espingardas do exército (SILVA, 2010, p. 150). Por fim, D. Rodrigo apresentou como proposta para o príncipe regente a fusão desses dois estabelecimentos, criando assim a Real Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições. Com a proposta aceita, o decreto foi assinado em 11 de março de 1811 (SILVA, 2010, p. 150).

Após criar as bases materiais para a existência do exército nacional, era preciso pôr em andamento as reformas para que fosse viável o seu funcionamento. Elas não seriam nos moldes propostos anos antes em sua “Memória” e no seu “Parecer”, mas demonstram como a questão do exército é uma preocupação fundamental que atravessa todo o seu projeto de império.

Quanto à reforma dos corpos da tropa, necessários para completar os regimentos de linha do Brasil, D. Rodrigo propôs duas medidas essenciais: o Decreto do perdão para os desertores, e o Decreto das condições de remuneração dos recrutas voluntários, ambos de 13 de maio de 1808. O pouco êxito destas medidas obrigou a um método mais clássico – recrutamento forçado dos vagabundos do Rio de Janeiro, ordenado ao intendente-geral da Polícia (SILVA, 2010, p. 151).

Além disso, D. Rodrigo também elaborou um plano detalhado para a criação do Corpo de Artilharia a cavalo e o projeto para a criação da Academia Real Militar, primeira instituição de ensino superior do Brasil, destinada à formação intelectual das elites. Inspirada na *École Polytechnique de Paris*, fundada em 1794, a Academia foi criada por meio de Carta Régia em 4 de dezembro de 1810 (SILVA, 2010, p. 151). Dessa forma, há relevância em

assinalar que D. Rodrigo tratou desta Academia no seu máximo detalhe – estabeleceu os currículos e as diferentes disciplinas, bem como as bibliografias para as diferentes matérias, onde sobressaíam as matemáticas, física, química, mineralogia, metalurgia, história natural, e as ciências militares – tática, fortificação e artilharia (SILVA, 2010, p. 151).

É notório que as questões militares possuíam um lugar importante no projeto de império de D. Rodrigo, levando em consideração todas as tensões que Portugal havia passado na Europa até o momento da transferência da monarquia. Inclusive, fica claro que Portugal só

conseguiu preservar a Coroa graças à esquadra britânica comandada por Sir Sidney Smith. E se Lord Strangford, na ocasião da mudança da Corte, tentou induzir por pressão, sem sucesso, a assinatura de um tratado de comércio, não seria surpresa que ele voltasse a pautar esse assunto, uma vez que agora a Coroa portuguesa se encontrava em dívida com a Grã-Bretanha¹⁴. Sendo assim, se tratando da política econômica da Corte no Brasil, D. Rodrigo foi o responsável por negociar o Tratado de Comércio e Navegação com Lord Strangford, e o assinou em 19 de fevereiro de 1810 (SILVA, 2010, p. 153). Em linhas gerais, constava no tratado que as mercadorias inglesas podiam entrar nos portos brasileiros com tarifas aduaneiras de 15%, enquanto as mercadorias portuguesas entravam nos britânicos a 16%.

Contudo,

a nova Corte, dedicada à consolidação de um império no Brasil, que deveria servir de baluarte do absolutismo, não conseguiria levar a bom termo as reformas moderadas de liberalização e reconstrução que se propôs executar no Reino, aumentando as tensões que vão culminar na Revolução do Porto (DIAS, 2005, p. 17).

Sendo assim, por mais que medidas liberalizantes tenham sido implementadas na colônia, antes e depois da transferência da Corte, como foi o Tratado de Comércio e Navegação, a recuperação econômica e a reconstrução de Portugal não se realizaram como o esperado. Isso constitui um atestado da dificuldade que era lidar com esse mundo, que mesmo os esforços mais capacitados não seriam capazes de solucionar todos os problemas existentes.

Portanto, até aqui, este artigo se preocupou em demonstrar que “estadistas como D. Rodrigo de Souza Coutinho ou o Conde da Barca tinham como missão precípua a tarefa de fundação de um novo Império que teria como sede o Rio de Janeiro” (DIAS, 2005, p. 33) e como as suas propostas estão relacionadas com o contexto e o “espaço de experiência” que eles possuíam. No caso de D. Rodrigo, buscou-se observar a construção do seu projeto de império em concomitância com o seu projeto de reforma, unificação e liberalização do império português. Nesse caso, muitas das suas ideias para reformar e, concomitantemente, construir um novo império, foram consideradas, ignoradas ou aplicadas nesse mundo luso-brasileiro, ao longo desse processo da transferência da monarquia; e outras, por não terem sido ouvidas em um primeiro momento, foram posteriormente implementadas de forma reformulada, como é o caso do exército e do banco público, no contexto da Corte no Brasil.

Considerações finais

O fundamental deste artigo foi demonstrar, através das proposições de D. Rodrigo dispersas entre os documentos, a existência de um projeto político pessoal e ambicioso no seu prognóstico de transferir a Corte portuguesa para o Brasil, e cuja forma é gradualmente

¹⁴ Sobre o tratado de comércio e a liberalização do Brasil, ver mais em: CARDOSO, José Luís. Free Trade, Political Economy and the Birth of a New Economic Nation: Brazil, 1808–1810. *Revista de Historia Económica*, Madrid, v. 27, janeiro, 2009, pp 183 - 204.

elaborada pela dinâmica histórica entre a “experiência” e “expectativa” presentes na passagem dos séculos que deu início à modernidade como conhecemos hoje. Através dessa dinâmica é possível observar quais são os elementos históricos e antropológicos mobilizados para desenvolver um prognóstico com a capacidade de intervenção na realidade e solução de empecilhos desgastantes. Por outro lado, não se trata de afirmar que as experiências de D. Rodrigo foram responsáveis por oferecer a capacidade de antever qualquer tipo de futuro, uma vez que as expectativas nem sempre se realizam da maneira que se espera – e que o futuro nada mais é do que um leque de possibilidades em aberto, todas elas aguardando alguma causalidade para acontecer. Assim, aqui apenas se evidenciam os pontos que compõe tal projeto político com a finalidade de demonstrar o que é capaz de ser mobilizado por um agente histórico na elaboração de um projeto que terá implicações práticas na realidade objetiva, mapeando o percurso intelectual desse sujeito e os esforços na elaboração e busca pela efetivação do seu projeto.

Portanto, através dos documentos “Memórias sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América” e “Parecer Sobre as Difíceis Circunstâncias do Momento Presente”, combinado com um trabalho de síntese historiográfica, este artigo pretendeu demonstrar que no alvorecer do século XIX o conjunto de propostas reformistas para o reino e para a colônia que D. Rodrigo apresentara consecutivamente para a Corte, continha em si um projeto político que rapidamente foi se desenvolvendo conforme as urgências daquele período. Não à toa, as suas propostas sobre liberalização do comércio, diversificação da pauta agrícola, criação de caixa de crédito na colônia, banco público, extinção de monopólios e reformulação do exército, entre outras, eram respostas diretas para a crise político-financeira do reino, o rebaixamento entre as potências no cenário internacional e as guerras e ameaças de guerra que ocorriam. Essa composição de fatores históricos aglutinados no seu “espaço de experiência” levaram ao prognóstico de transferência da Corte portuguesa para o Brasil como solução possível para evitar o descontrole desses acontecimentos e o irrompimento de um “horizonte de expectativa” onde Portugal perderia tanto os seus domínios ultramarinos como a sua soberania e independência na Europa, vendo as suas colônias sendo arrebatadas pela Inglaterra ou o seu reino engolido pela França ou tornar-se, novamente, província da Espanha. Além disso, a transferência para o Brasil e o assentamento da monarquia nesse território poderia ser muito mais vantajoso – e o curso do tempo histórico nos mostra que de fato foi – para alcançar os objetivos portugueses do que a permanência em solo europeu. Os trópicos ofereciam uma condição de fortalecimento político que não seria possível em Portugal, mas que seria possível com a implementação do projeto de D. Rodrigo.

Referências Bibliográficas:

ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). **Tempo**, Niterói, nº 31, janeiro, 2011, p. 65-88.

CARDOSO, José Luís. Free Trade, Political Economy and the Birth of a New Economic Nation: Brazil, 1808–1810. **Revista de Historia Económica**, Madrid, v. 27, janeiro, 2009, pp 183 - 204.

COLLINGWOOD, R. G. **An Autobiography**. Oxford: Oxford University Press, 1939.

COUTINHO, Rodrigo de Souza. “Memórias sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”. In: SILVA, Andréa Mansuy-Diniz (org.). **Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)**. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, v. 2, p. 47-66.

_____. “Parecer Sobre as Díficeis Circunstâncias do Momento Presente”. In: SILVA, Andréa Mansuy-Diniz (org.). **Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)**. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, v. 2, p. 78-89.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da metrópole”. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DARNTON, Robert. “A Ecloração das Luzes”. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. (orgs.). **Democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HIRSCHMAN, Albert O. **As Paixões e os Interesses**: Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LIMA, Manuel de Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5ª. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

MAXWELL, Kenneth. “Hegemonias antiga e novas: O Atlântico ibérico ao longo do século XVIII.” In: **Chocolate, piratas e outros malandros**: Ensaio tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne. Um turista na Corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790). **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, janeiro/junho 2009, p. 213-225.

SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. “Uma figura central da Corte portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho.” In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (orgs.). **1808: A Corte no Brasil**. Niterói: Eduff, 2010.

SILVA, Ricardo. Da história do pensamento político à teoria política histórica: variações da hermenêutica do conflito de Quentin Skinner. **Lua Nova**, São Paulo, nº 102, abril/julho, 2017, p. 137-171.

SKINNER, Quentin. **Uma Genealogia do Estado Moderno**. 1ª. ed. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

VENTURI, Franco. **Utopia e Reforma no Iluminismo**. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, Mecanismos, Exemplificações. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 316, 1977, p. 170-283.

Artigo recebido em 05/04/2020 e
aprovado para publicação em 21/07/2021